

Avaliação classificatória das aprendizagens: na contramão dos novos paradigmas educacionais

Classificatory learning evaluation: on the opposite way of the new educational paradigms

PIMENTEL, Arilton Galvão¹

Resumo: As avaliações das aprendizagens são elementos de grande relevância para o sistema educacional. Todavia, a sua prática meramente classificatória persiste no meio educacional, sendo ela questionada e considerada distante dos novos paradigmas educacionais. Assim, o presente trabalho tem por objetivos: analisar as principais percepções sobre as avaliações das aprendizagens; e, citar os principais problemas causados pelas avaliações classificatórias aos alunos. Este é um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, com enfoque descritivo, por meio do qual analisamos os principais entendimentos dos autores listados para este trabalho sobre as avaliações. Então, os dados analisados são oriundos de livros, teses, dissertação e artigos, através dos quais se detectou, que as avaliações são elementos essenciais ao meio educativo, mas a sua prática classificatória é danosa ao meio educacional, pois, causa males como: efeitos psicológicos, exclusão, discriminação de gênero e insuficiência na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é necessário que os sistemas educacionais se adequem aos novos paradigmas avaliativos, dentre os quais se destacam as avaliações diagnósticas e as formativas. Tais modalidades avaliativas são essenciais para a melhoria da educação pública brasileira.

Palavra Chave: instrumentos avaliativos; alunos; ensino.

Abstract: Learning evaluations are elements of great relevance to the educational system. However, its merely classificatory practice persists in the educational environment, being it questioned and considered far from the new educational paradigms. Thus, this paper has like objectives: to analyze the main perceptions about learning evaluations; and, to cite the main problems caused by classificatory evaluations to the students. This is a bibliographic study with a qualitative approach, with a descriptive approach, through which we analyzed the main understandings of the authors listed for this paper about evaluations. So, the analyzed data come from books, theses, dissertations and articles, through which it was detected that evaluations are essential elements to the educational environment, but their classifying practice is harmful to the educational environment, because it causes evils such as: psychological effects, exclusion, gender discrimination and insufficiency in improving the teaching-learning process. Therefore, it is necessary that educational systems adapt to the new evaluation paradigms, among which

¹ Graduado em História, pela Faculdade de Tecnologia e Ciência- FTC, 2011. Graduação em Pedagogia, pela Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA, 2018. Especialização em Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC, 2012. Mestre em Ciências da Educação, pela Universidade Autônoma de Assunção- UAA, 2016. E-mail: Arilton52@hotmail.com

diagnostic and formative evaluations are highlighted. Such evaluation modalities are essential for the improvement of Brazilian public education.

Keyword: evaluation instruments; students; teaching.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é marcada por diversos problemas os quais estão atrelados, e que acabam por refletir na sua qualidade. Dentre os problemas apresentados é notório que a reprovação escolar é um dos seus maiores problemas, pois, demonstra o insucesso educativo. Tal problemática é detectada e validada pelas avaliações das aprendizagens, que são aplicadas com a única finalidade de quantificar a aprendizagem do aluno, prática esta que se mostra extremamente danosa ao sistema educacional e ao aluno.

Em meio aos baixos resultados do desempenho do aluno em relação aos instrumentos usados no processo avaliativo, não são realizadas ações para sanar suas dificuldades, os quais são responsabilizados pelo seu insucesso escolar. Assim, nas últimas décadas as avaliações vêm sendo objeto de inúmeros trabalhos acadêmico, que trazem reflexões sobre os resultados e os efeitos das avaliações classificatórias, as quais são denominadas por alguns de exames.

Deste modo surgiram novos paradigmas avaliativos, propondo que a avaliação seja utilizada como um instrumento de transformação do processo de ensino e aprendizagem, por meio do diagnóstico e das intervenções, visando sanar as deficiências de aprendizado do aluno.

Então, em meio as novas percepções avaliativas, é notório que a escola pública brasileira persiste em manter a avaliação como um instrumento métrico, a qual se mostra danosa ao sistema educacional e principalmente ao aluno.

Assim, vivenciamos no âmbito educativo um contexto antagônico, pois de um lado nos deparamos com os novos paradigmas avaliativos propostos pela academia, os quais se mostram mais dinâmicos e eficientes para o alcance da qualidade na formação do educando. No entanto, a escola insisti em uma prática avaliativa que visa unicamente a quantificação do aluno por meio de uma nota de 0 a 10, onde os

estudantes que não atingem a nota mínima são excluídos e deixados à margem da aprendizagem.

Neste contexto educativo identificamos a seguinte problemática: em meio às novas demandas sociais por uma educação formal dinâmica e eficiente que propicie uma formação crítica e emancipatória, quais são os direcionamentos que os pesquisadores dão para que seja galgado uma avaliação humanizada e eficiente ao sistema educativo?

Objetivando alcançar respostas para esse problema, levantamos as seguintes perguntas norteadoras: quais as principais percepções existentes sobre as avaliações das aprendizagens? Quais os efeitos das avaliações para o educando e o sistema educacional? O que pode ser realizado para melhorar o desempenho do aluno nas avaliações das aprendizagens?

Assim, buscando respostas para tais questões nos lançamos em uma dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, já concluída. De modo que este artigo constitui-se em um recorte do trabalho acadêmico citado anteriormente.

Então, o objetivo geral do trabalho ora exposto é: discutir sobre os principais direcionamentos apontados por pesquisadores para que seja galgado uma avaliação humanizada e eficiente para o sistema educativo. De modo que para alcançarmos tal objetivo, lançamos mão dos seguintes objetivos específicos: analisar as principais percepções sobre a avaliação da aprendizagem; citar os principais problemas causados pelas avaliações classificatórias aos alunos; e, indicar as principais finalidades das avaliações nos novos paradigmas educativos.

Assim, como intuito de galgarmos os objetivos propostos analisamos os seguintes autores: Hoffmann (2019), Luckesi (2011). Pereira (2016), Franco (2017), Lara (2014), Alavarse (2013), dentre outros que serão expostos no desenvolvimento deste estudo.

2 METODOLOGIA

O trabalho ora exposto trata-se de um estudo bibliográfico (GIL, 2010), onde utilizamos informações “já trabalhadas por outros pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p. 122), por meio do qual objetivamos galgar novos conhecimentos por meio

da análise, da crítica e da interpretação destes dados provindos de outros investigadores (ARIAS, 2006). Adotou-se a metodologia qualitativa (RICHARDSON, 2011) e o enfoque descritivo (CAMPOY, 2018).

Utilizamos como fontes relevantes de dados para este estudo os seguintes trabalhos: 8 artigos, 2 dissertações de mestrado, 1 tese de doutorado e 6 livros.

As obras usadas neste trabalho foram elencadas a partir de buscas em banco de dados (SciELO, Google Acadêmico e Periódicos Capes), através dos seguintes descritores: avaliação da aprendizagem, efeitos psicológicos causados pelas avaliações, tipos de avaliações da aprendizagem. De início limitamos as obras ao período de 2011 a 2016 (ano da defesa da dissertação de mestrado), todavia, foram introduzidas obras mais recentes, tendo em vista nossos constantes estudos sobre a temática. Então em meio, as obras encontradas nos bancos de dados realizamos a leitura de seus resumos, para ver quais serviriam ao nosso propósito. Salientamos que o fora usado o Google livro como meio de identificar os livros utilizados neste trabalho.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A história da educação brasileira é marcada por diversos problemas, dentre os quais destacamos a reprovação escolar, a qual está intimamente relacionada ao ato avaliativo, que está pautado numa estruturação métrica, de modo a valorizar apenas os aspectos quantitativos deixando de lado outros fatores inerentes ao meio educativo que são de igual relevância ao aluno e a sociedade. A prova da quantificação da avaliação se manifesta após os seus resultados quantitativos, quando os alunos que não alcançaram as notas mínimas são excluídos, pois não são realizadas intervenções pedagógicas para sanar suas insuficiências de aprendizagens, sejam estas de ordem metodológica ou de fatores psicofísicos, restando a esses sujeitos as avaliações paralelas que se mostram infrutíferas na recomposição da média escolar, e assim o educando acaba chegando ao conselho de classe, que na maioria das vezes acaba por aprová-lo, mesmo com graves lacunas de aprendizagens.

Assim, avaliação enquanto mero elemento de quantificação dos conhecimentos do educando reduz todo o processo educativo a um conceito ou nota, o que se mostra danoso ao sistema educativo. Neste contexto se faz necessário que o processo avaliativo implantado no meio educacional contemple as demandas dos novos padrões socioeducativos.

A estruturação da avaliação como elemento métrico, segundo Luckesi (2011), data dos séculos XVI e XVII, momento esse no qual tal configuração era relevante para a organização educativa. A partir de então, tal prática perpetuou-se ao longo dos anos e permanece nítida na contemporaneidade no seio escolar. Neste sistema de quantificação do conhecimento, a avaliação interna busca determinar, ou seja, quantificar a aprendizagem do educando, na denominada avaliação classificatória, a qual reflete uma prática educativa medieval, que segundo Leal (2014), está pautada na memorização e na repetição.

Assim, no padrão tradicional os instrumentos avaliativos objetivam averiguar até que ponto os estudantes possuem capacidades e conhecimentos predefinidos por objetivos educacionais que orientam o currículo (PAULA; MOREIRA, 2014), ou seja, a avaliação em sua maioria é utilizada como um instrumento que objetiva unicamente quantificar o desempenho cognitivo do discente, para classificá-lo em aprovado ou reprovado. Em meio a isto, “certos instrumentos e ritos de avaliação foram criados para classificar os estudantes e não para orientá-los ou orientar o professor quanto ao que fazer para promover avanços na aprendizagem” (PAULA; MOREIRA, 2014, p.22).

Os principais instrumentos usados pelo sistema avaliativo são os testes e as provas, também podendo ser usadas produções de textos, seminários, entrevistas, entre outros. Tais instrumentos são usados como meros elementos quantificadores, ou seja, classificatórios. Dessa forma não agregam contribuições para a prática pedagógica e conseqüentemente para o processo educativo (ALAVARSE, 2013), e por vezes, acabam impedindo que os professores mudem as percepções de si mesmo, de seus educandos e de sua prática em sala de aula, de maneira a propor uma prática educativa que contribui para uma formação que possibilite a emancipação social do educando tendo em vista que estes, são indivíduos que compõem a base de trabalho para as elites instituídas.

Para Duarte (2015), as avaliações das aprendizagens escolares nos moldes tradicionais são reflexos de uma sociedade autoritária, que de modo equivocado, utiliza tal instrumento para disciplinar e classificar os educandos, e assim, contribuem com a reprovação escolar. Nesta perspectiva a avaliação julga e classifica o aluno sem cumprir sua função didático-pedagógica de auxiliar e melhorar o ensino-aprendizagem, assim não contribui com uma prática educativa que favoreça a melhoria da aprendizagem.

Assim, nesta perspectiva avaliativa, os educandos que não alcançam o nível mínimo de aprendizagem preestabelecido, acabam sendo punidos com a repetência, a qual é considerada “como nova oportunidade para que o aluno aprenda” (LARA, 2014, p. 26).

Então, o insucesso escolar do discente validado pelas avaliações das aprendizagens, gera retaliações para com o educando por parte da escola e das famílias. Essas retaliações são formas de violências psicológicas contra tais sujeitos (FERRAZ; RISTUM, 2012), que se mostram danosas ao processo de aprendizagem, pois, afetam as estruturas cognitivas limitando o seu desenvolvimento (CURY, 2019), uma vez que o educando, vítima de tais violências, acabam tendo o seu motivacional abalado de forma negativa, que refletirá em baixas aprendizagens (GAMA; SCORZAFAVE, 2013).

Assim, as avaliações vêm se mostrando como instrumentos que perpetuam o fracasso escolar, tão típico da escola pública brasileira, tal insucesso é demonstrado pelos baixos índices de leitura e escrita (PEREIRA, 2016), que são frutos do mau uso das avaliações (FRANCO, 2017).

De acordo com Paula e Moreira (2014), este tipo de avaliação tem mostrado suas insuficiências, no que se refere aos seus resultados, pois, como afirma Hoffman (2019), são inúmeros os casos de alunos nota dez na vida escolar, que após o término da educação básica não são bem-sucedidos no viver socioeconômico e profissional, enquanto os educandos que mostraram insuficiências nas classificações escolares, sobressaíram-se melhores na vida.

Gomes e Mello (2010) citam que esta estrutura avaliativa constitui-se em ações que não contribuem com o desenvolvimento das habilidades e competências cognitivas, as quais são essências para o processo de formação plena do ser

humano, pois, em tal modalidade avaliativa não há reflexões sobre o processo de ensino, e conseqüentemente, não são realizadas intervenções que visem sanar as insuficiências de aprendizagens.

Este regime avaliativo métrico traz implicações para a educação e para a sociedade, tendo em vista, que suas ações visam quantificar habilidades e competências abstratas, que devem estar localizadas no sujeito, as quais serão, geralmente, detectadas por provas e testes.

Portanto, as avaliações como elemento de quantificação do saber têm manifestado diversos males ao sistema educacional, somando a estes, alunos que são “discriminados por gênero” (ALVES; SOARES, 2013, p. 184), bem como a exclusão de alunos com deficiências (VALENTIM; OLIVEIRA, 2013).

Assim, este molde avaliativo não serve como subsídios ao planejamento da prática pedagógica do professor, de sorte que em meio aos problemas deste processo, devemos nos direcionar aos novos horizontes avaliativos que se mostram benéfico à educação. Pois, as avaliações das aprendizagens historicamente constituídas têm sido usadas apenas como instrumento de:

Medida, quantitativa, estática e tradicional, que pouco informa as possibilidades de aprendizagem dos alunos e se concentra apenas naquilo já aprendido, nos resultados. A opção por tal avaliação revela somente níveis já atingidos pelos alunos, de acordo com critérios preestabelecidos e que não auxiliam na proposição de novas estratégias de ensino professor (VALENTIM; OLIVEIRA, 2013, p.853).

Em meio ao insucesso e aos problemas do âmbito educacional oriundos do uso das avaliações como instrumentos de quantificação, surgem na década de 1960, discussões sobre as avaliações das aprendizagens (LARA, 2014), que intuíram um enquadramento destes instrumentos às novas demandas socioeducativas. Considerando o contexto supracitado, nota-se que a avaliação é para o meio educativo um “elemento necessário de sua constituição”, (PARO, 2011, p.706), de modo que é impossível imaginarmos a educação sem as avaliações, porém, seu uso deve ser adequados aos novos paradigmas educacionais.

Assim, se faz necessário que as avaliações deixem de ter o caráter classificatório, o qual objetiva apenas promover ou reter o discente, sendo utilizadas

como um instrumento que possibilite o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Em tal situação será possível detectar os limites e as dificuldades, de maneira que sejam alcançados os objetivos propostos para o ensino (DUARTE, 2015).

As novas percepções sobre as avaliações das aprendizagens são frutos de estudos e debates em torno da temática, as quais têm relevâncias para o processo de ensino-aprendizagem, pois, buscam amenizar as insuficiências e sanar os problemas decorrentes do uso classificatório das avaliações, dentre esses: as alterações psíquicas e os efeitos socioeducativos que predominam a séculos no meio educacional. Assim, o interesse pela discussão sobre avaliação da aprendizagem ultrapassou os espaços das instituições de ensino, chegando aos meios políticos, onde é elemento de estratégia dos governos (LARA, 2014).

Para Alavarse (2013), esses novos paradigmas avaliativos devem ser aplicados “no contexto da ação pedagógica do professor em sala de aula” (ALVARSE, 2013, p.13), com o objetivo de diagnosticar a peculiaridade das insuficiências de cada um dos alunos, e assim, seja possível acompanhar e intervir no processo educativo, de modo a possibilitar o desenvolvimento do aluno ao logo dos seus estudos, ou seja, “as avaliações podem ser úteis para um maior aprimoramento do trabalho escolar, desde que entendidas como constitutivas da prática pedagógica e não como único instrumento para garantir a qualidade do processo educacional” (PIMENTA, 2012, p.52).

A parti dos diagnósticos alcançados, Alavarse e Machado (2014, p.64) apontam ser possível “subsidiar a elaboração de políticas e ações educacionais”, no que lhes concernem, se mostram de grande relevância para melhoria da educação e conseqüentemente da sociedade. Assim, a avaliação na percepção de Fernandes (2007 apud PIMENTA, 2012), pode ser um poderoso meio de promoção de melhoria das práticas escolares.

É inegável que as avaliações das aprendizagens podem auxiliar no aprimoramento do processo educativo, de maneira que a equipe escolar, em seu conjunto, possa dar suporte ao professor, e conseqüentemente, ele possa focar em sua prática educativa, de modo a auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas

aprendizagens. Esse processo, segundo Alavarse (2013), envolverá não só a equipe escolar, mais os educandos e as suas famílias, com os seguintes objetivos:

Conhecer os modos de aprender do aluno; identificar possíveis causas de fragilidade dos alunos na aprendizagem; adequar os processos de ensino à aprendizagem e aprimorá-los; acompanhar sistematicamente o desempenho de cada aluno, com a proposição de ações que lhe permitam superar eventuais dificuldades (antes que se instalem definitivamente) e continuar sua escolaridade; prever metas de aprendizagem e traçar estratégias para alcançá-las (ALAVARSE, 2013, p.15).

Nessa perspectiva a prática avaliativa torna-se também um ato político e de poder, que em alguns momentos são utilizadas como instrumentos de regulação e em outros como elemento de emancipação (LARA, 2014), sendo este último defendido por aqueles que almejam uma educação que culmine na inserção social. Neste viés as avaliações das aprendizagens podem:

Ajudar-nos a construir escolas mais inteligentes, com projetos pedagógicos capazes de apoiar a emancipação dos jovens estudantes e dos próprios professores, pois, contribuem de forma inequívoca para que se aprenda a ensinar e para que se aprenda a aprender (PIMENTA, 2012, p.67).

Todavia, no dia a dia escolar se evidencia a polarização sobre a finalidade da avaliação. Segundo Leal (2014), para alguns, a avaliação serve como um mecanismo de tomada de decisão, para outros é utilizada como mecanismo de juízo de valor. Assim, a avaliação utilizada nas práticas das “escolas está muito distante da ação avaliativa diagnóstica e formativa” (DUARTE, 2015, p.53), as quais se mostram de grande importância para o processo de ensino, pois, possibilitam a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Portanto, deve o meio educacional utilizar a avaliação da aprendizagem como um instrumento que afira não apenas o aluno através de escalas de valores e de critérios preestabelecidos, mas sim, o grau de eficiência, eficácia, efetividade e viabilidade do processo de ensino promovido pelo professor e pela escola, os quais devem ser adequadamente subsidiadas pelo sistema educacional, de modo a demonstrar o nível de avanços do educando, e assim, será possível o aperfeiçoamento do processo de ensino (ALAVARSE, 2013). A avaliação deve

contribuir para o entendimento rigoroso da realidade, de modo que sejam, realizadas ações destinadas a transformar o processo de ensino-aprendizagem, e por fim, a realidade social. Para Duarte:

A avaliação vista como um diagnóstico contínuo e dinâmico torna-se um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino para que, de fato, o aluno aprenda. Além disso, ela deve ser essencialmente formativa, na medida em que cabe à avaliação subsidiar o trabalho pedagógico, redirecionando o processo ensino aprendizagem para sanar dificuldades, aperfeiçoando-o constantemente (DUARTE, 2015, p.54).

Neste novo paradigma avaliativo, a avaliação segundo Alvarse (2013) ajuda a aprimorar o olhar do processo de ensino, onde a equipe escolar, auxilia o professor, o qual ajudará o aluno a desenvolver suas aprendizagens. As aprendizagens serão efetivadas por meio da identificação das causas das fragilidades nas aprendizagens, mediante a intervenção através de estratégias que visem a superação de suas eventuais dificuldades.

Para Duarte (2015), as avaliações devem estar fundamentadas em:

Três funções básicas: a função diagnóstica, que se refere ao conhecimento da realidade através da observação, diálogo e do desenvolvimento de estratégias que possibilitem a caracterização dos espaços, dos sujeitos, das condições a priori; a função formativa, caracterizada por ações avaliativas que propiciam a formação contínua e sistemática durante o processo; e a função somativa, uma análise conclusiva, donde são somados todos os elementos constitutivos da avaliação (DUARTE, 2015.p, 55).

Porquanto, as avaliações devem ir além da mera quantificação da aquisição de conteúdo, de modo que possa checar as habilidades, as atitudes, os hábitos e as competências do discente. Nessa organização a avaliação constitui-se em um instrumento que servirá como elemento quantificador do “grau de eficiência, eficácia, efetividade e viabilidade do processo de ensino promovido pelo professor e pela escola e subsidiado pelo sistema educacional” (ALAVARSE, 2013, p. 15).

Assim, independente da função dada à avaliação, os resultados devem estar associados a outros mecanismos que auxiliem na melhoria do processo de ensino.

De modo que nas novas perspectivas avaliativas, para que o processo avaliativo galgue êxito ele deve seguir dois passos:

Primeiro: durante o processo de produção, a avaliação se faz presente imprescindivelmente, na medida em que, para o processo ter êxito no alcance do objetivo, é preciso avaliar ininterruptamente as atividades de sua realização, para que elas estejam de acordo com o projeto ou o caminho traçado para se chegar ao fim almejado. Segundo: diante do produto já pronto, é possível avaliá-lo para averiguar a sua qualidade, ou seja, em que extensão o produto é portador dos atributos e das características que dele se espera. Pode-se então falar, respectivamente, em avaliação em processo e avaliação de produto. (PARO, 2011, p.706).

Os novos paradigmas avaliativos colocam as avaliações como instrumentos compostos de diversos instrumentos, que colaboram para apontar o avanço dos alunos em suas aprendizagens, e isso, acontece através de uma prática pedagógica que possibilita a reflexão e a tomada de decisões necessárias para o pleno desenvolvimento do estudante. Tal perspectiva sobre a avaliação classificada como formativa demanda mudança na organização escolar, tanto na sala de aula como na escola, e para esse fim é necessário a:

Divisão de tarefas e colaboração entre os professores; continuidade nos procedimentos utilizados para a verificação da aprendizagem, que são previamente negociados e combinados pelo coletivo escolar; mudança de hábitos na organização do trabalho; utilização diversificada de instrumentos para a verificação da aprendizagem: portfólios com as produções cotidianas dos alunos (tais como exercícios feitos individual ou coletivamente, em classe ou em casa); provas; relatórios realizados pelos alunos e pelos professores; auto-avaliações feitas pelos alunos e pelas equipes docentes; registros com observações feitas pelo professor mediante critérios relacionados aos objetivos propostos em seu planejamento individual e ao projeto pedagógico da escola; momentos de sistematização de dados coletados sobre o aluno para decidir sobre as intervenções necessárias para a continuidade de sua escolaridade (ALAVARSE, 2013p. 17).

Em meio, ao exposto, na contemporaneidade as avaliações das aprendizagens devem ser instrumentos que possibilitem aos professores e ao meio educativo detectarem as defasagens do processo de ensino-aprendizagem, de modo que sejam realizadas as devidas alterações didáticas para serem alcançados

os bons índices de aprendizagem demonstrados não só no campo quantitativo, mas sobre tudo no social (HOFFMAN, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as avaliações das aprendizagens são instrumentos arraigados historicamente e de grande relevância para o processo de ensino. Todavia, detectamos por meio dos pesquisadores abordados neste trabalho, que as funções históricas dadas a esses instrumentos, não coadunam com a realidade socioeducativa atual.

Assim, em meio aos novos paradigmas avaliativos, os sistemas educativos persistem em manter as práticas avaliativas tradicionais, e isto, se dar por inúmeros fatores, as quais causam males diversos aos alunos, à escola e à sociedade. Por certo, que para resolver essa problemática serão necessárias implementações de políticas educacionais por parte dos governos, as quais requererão investimentos massivos, de modo a possibilitar que a escola realize alterações pedagógicas, didáticas e de infraestrutura.

Do contrário, as práticas avaliativas tradicionais, perpetuarão os baixos rendimentos escolares, que por vezes, culminam nas reprovações, mesmo sendo mascaradas pelas aprovações via conselho de classe. Salientamos que em meio a tais aprovações, não são realizadas ações para sanar os *déficits* de aprendizagem, os quais em dado momento levarão os alunos a serem vitimadas por conta de um sistema educativo excludente e que perpetua as desigualdades socioeconômicas.

Assim, compete ao meio político o debate sobre a reformulação e a implementações das novas práticas avaliativas nas escolas públicas, concomitantemente à sua devida implementação e execução, permitindo a superação do atual processo de ensino, deficitário e de baixos resultados.

Portanto, centrar a análise do processo de ensino-aprendizagem unicamente em notas, as quais são exclusivamente responsabilidade dos alunos, constitui-se em uma das alternativas mais pobres para se medir a eficácia do sistema de ensino.

Assim, é necessário abandonarmos o sistema avaliativo classificatório que caminha na contramão dos novos paradigmas educacionais, e vem causando

diversos efeitos maléficos no âmbito social, psicológico e econômico, para galgarmos mudanças no processo avaliativo, os quais trarão melhores resultados ao nosso sistema de ensino, e principalmente ao nosso alunado que por século lhes restou uma educação voltada a submissão às elites políticas e econômicas.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O. M. **Avaliação internas e externas na educação básica:** características e possíveis articulações. São Paulo: Cenpec, 2013.
- ALAVARSE, O. M; MACHADO, C. Avaliação internas no contexto das avaliações externas: desafios para gestão escolar. **Cadernos RBP**, v.30, p 63 - 68. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50013/31322>. Acessado em: 10 de dez. 2015.
- ALVES, M. T. G; SOARES, J. F. **Contexto escolar e indicadores educacionais:** condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1. p. 177-194. jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12.pdf>. Acessado em 12 de jan. 2016.
- ARIAS, F. **El proyecto de investigación: introducción a la metodología científica.** 5º (ed). Caracas- Venezuela: Editora Epistemes, 2006.
- CAMPOY, A. T. J. **Metodología de la investigación científica.** Asunción-Paraguay: Marben, 2018.
- CURY, A. **Inteligência socioemocional.** Rio de Janeiro: Sextante, 2019.
- DUARTE. C. E. L. Avaliação da aprendizagem escolar: como os professores estão praticando a avaliação na escola. **HOLOS**, Ano 31, Vol. 8. p. 53 – 67. 2015,. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1660>. Acesso em 01 de jan. 2016.
- FERRAZ, R. C. S; RISTUM, M. A violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem. **Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação**, n. 34, p. 104-126, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n34/n34a07.pdf>. Acessado em 05 de nov. 2015.
- FRANCO, W. **A memória e o seu funcionamento na avaliação escolar.** Curitiba: Appris, 2017.
- GAMA, V. A; SCORZAFAVE, L. G. Os efeitos da criminalidade sobre a proficiência escolar no ensino fundamental no município de São Paulo. **Pesquisa e**

planejamento econômico - PPE, v. 43, n. 3, p.447- 478. dez. 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4892/1/PPE_v.43_n.03_Efeitos.pdf. Acessado em: 01 de jan. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5º (ed). São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, C. A; MELLO, S. A. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Perspectiva**, v. 16, nº48. p. 677-694, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p677/18453>. Acessado em 15 de nov. 2015.

HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 35º ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2019.

LARA, V. A. **Avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental: concepções docentes no ciclo de aprendizagem**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa – PR, 2014. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1374/1/VIRIDIANA%20ALVES%20DE%20LARA.pdf>. Acessado em 10 de dez. 2015.

LEAL, M. L. G. **Concepções e práticas de avaliação do ensino-aprendizagem: foco no PROEJA**. 2014. 321 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Fortaleza – CE, 2014. Disponível em : http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11359/1/2014_tese_mlgleal.pdf. Acessado em 15 de out. 2015.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar Estudos e Proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO. V. H. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48. p. 695 – 815. set.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a09.pdf>. Acessado em 05 de fev. 2016.

PAULA, H. F; MOREIRA, A. Fernandes. Atividade, ação mediada e avaliação escolar. **Educação em revista**, 2014. v. 30, n. 1, p. 17-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hYDQRLnCCc494PkndSCbJyL/?format=pdf&lang=pt> . Acessado em 08 de mar. 2016.

PEREIRA, G. E. **Insucesso escolar; a relação entre escola, aprendizagem e linguagem.** Curitiba: Appris, 2016.

PIMENTA, C. O **Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos:** estudo em uma rede municipal paulista. 2012. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo- SP, 2012. Disponível: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30052012-101850/publico/CLAUDIA_OLIVEIRA_PIMENTA_rev.pdf. Acessado em: 07 de set. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnica.** 3º (ed). São Paulo: Editora atlas, 2011.

SEVERINO, A. J. **Método do trabalho científico.** (23º) ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VALENTIM, F. O. D; OLIVEIRA. A. S. O. Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 40. p. 851-871. set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2569>. Acessado em: 07 de jan. 2016.